

ENTRE AUSÊNCIAS E ESPECTROS: Tempo, Memória e Subjetividade na Autoficção de Hisham Matar

BETWEEN ABSENCES AND SPECTERS: Time, Memory, and Subjectivity in the Autofiction of Hisham Matar

Marcelo Fidelis Kockel¹

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a escrita da história no mundo contemporâneo a partir de um exercício de fecundação da literatura de Hisham Matar. A análise se apoia nos conceitos de “passados singulares”, formulado pelo historiador italiano Enzo Traverso, e de “eu metódico”, cunhado pelo francês Ivan Jablonka — ambos destacando a inserção da subjetividade do pesquisador num texto historiográfico. Paralelamente, busca-se explorar as relações entre ficção, literatura, história e eventos traumáticos, na perspectiva de Jablonka, LaCapra e Hayden White. Por fim, pretende-se refletir sobre o conceito de tempo, demonstrando como a autoficção de Matar abre espaço para se pensar numa temporalidade espectral, ausente-presente, como alternativa ao modelo linear e sucessivo, hegemônico durante o período moderno.

Palavras-chave: Hisham Matar; autoficção; subjetividade; memória; espectralidade.

Abstract: This paper proposes a reflection on the writing of history in the contemporary world through an engagement with the literature of Hisham Matar. The analysis is based on the concepts of ‘Singular Pasts,’ developed by the Italian historian Enzo Traverso, and the “methodological self”, coined by the French historian Ivan Jablonka — both emphasizing the insertion of the researcher’s subjectivity into the historiographical text. Concurrently, the article seeks to explore the relationships between fiction, literature, history, and traumatic events from the perspectives of Jablonka, LaCapra, and Hayden White. Finally, it aims to reflect on the concept of time, demonstrating how Matar’s autofiction opens up space to conceive of a spectral temporality — absent-present — as an alternative to the linear and successive model that was hegemonic during the modern period.

Keywords: Hisham Matar; autofiction; subjectivity; memory; spectrality.

Introdução ou a chama piloto

No dia 17 de dezembro de 2010 — quando eu cursava o terceiro ano de graduação em História na UNESP de Franca — o tunisiano Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo em seu próprio corpo, morrendo 18 dias depois, em um hospital da cidade Ben Arous, capital da província homônima, localizada no norte da Tunísia. Recorrentemente, por atuar como professor de geografia do Ensino Fundamental, Médio e Pré-Vestibular, retomo o ato para explicar o momento histórico do Norte da África e do Oriente Médio após o acontecimento. O que, de certa forma, me ajudou a pensar na escrita deste texto.

Sabe-se que as motivações para a autoimolação do tunisiano foi a apreensão do seu carrinho de frutas e legumes pelas autoridades locais, que alegavam a ilegalidade do

¹ Doutor em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: marcelo.kockel@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844425879743340>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3709-4330>.

comércio ambulante no país. Segundo sua irmã Samya, três inspetores do governo haviam pedido propina para Bouazizi, que recusara pagar. “Eles aprenderam os produtos e os colocaram dentro de seu carro. Eles tentaram retirar suas balanças, mas Mohamed se recusou a entregá-las, por isso eles bateram nele” (Gardner, 2011). Indignado, Bouazizi decidiu ir à sede do governo regional para defender o seu caso e reivindicar seus direitos, alegando que dispunha de poucas alternativas para conseguir proventos que garantisse sua sobrevivência. Entretanto, o governador não quis atendê-lo. Com isso, o vendedor ambulante — após enviar uma mensagem para sua mãe no *Facebook* pedindo perdão pela sua falta de esperança — comprou um diluente, encharcou-se em frente ao prédio do governo local e colocou-se em chamas.

O ato de Bouazizi foi o estopim para uma onda de revoluções que eclodiram em mais de 10 países do norte da África e do Oriente Médio. As manifestações que começaram na Tunísia, e que levaram o presidente Ben Ali a renunciar após 23 anos de poder, logo se espalharam pela maior parte do mundo árabe, chegando ao Egito, Iêmen, Arábia Saudita, Bahrein e outros.

Na Líbia, especificamente, a oposição ao governo vigente organizou uma série de protestos cujo objetivo principal seria promover a troca do regime político e retirar do poder o ditador Muammar Kadhafí, que ocupava o cargo de chefe de Estado desde 1969. As movimentações opositoras se iniciaram na capital Trípoli em fevereiro de 2011, sendo duramente reprimidas pelo governo, que respondeu violentamente aos protestos, inclusive com o “uso indiscriminado de armas letais contra os que protestavam pacificamente” (Case; Siebens, 2012, p. 16).

O confronto entre as forças opositoras e o regime resultou em inúmeras mortes. Em consequência disso, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1970, cujo objetivo era proteger os civis, condenando as violações dos direitos humanos que estavam ocorrendo naquele momento. Foram implementadas diversas sanções contra o país — embargo de armas, proibição de viagens — que acabaram não sendo tão efetivas para a contenção do conflito. Assim, já em março de 2011, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973, autorizando intervenções militares com base no princípio da Responsabilidade de Proteger, sob os fundamentos de democracia e da defesa dos direitos humanos (Pautasso; Azeredo, 2011).

Essa medida concedeu carta branca aos países membros da ONU para adotarem as ações que julgassem necessárias para controlar a complexa situação de segurança da Líbia naquele momento. Dessa forma, EUA, França e Reino Unido iniciaram a Operação Protetor Unificado, bombardeando as forças de Kadhafí. A gerência dessa operação foi,

posteriormente, assumida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e, a partir de então, o número de mortos aumentou drasticamente. A missão, que tinha o objetivo de diminuir, acabou por potencializar e aprofundar o conflito. Após oito meses, com o país devastado, as forças opositoras executaram Kadhafi em praça pública, cujas imagens foram televisionadas e transmitidas em todo o mundo (Zamudio, 2015).

Com a derrubada do antigo regime e, conseqüentemente, com a descentralização do poder, a Líbia se tornou um país fragmentado e extremamente armado. Um Estado ingovernável, criando um vácuo de poder que fora ocupado por extremistas islâmicos e unidades paramilitares, resultando em Guerra Civil e instabilidade política que perdura até os dias de hoje.

É nessa ambiência que o escritor Hisham Matar — após muitos anos no exílio — retorna à Líbia, terra de seus antepassados, em busca de respostas que explicassem o desaparecimento de seu pai durante o regime de Kadhafi, em 1990, conforme relata em seu livro de memórias *O Retorno*, publicado em 2016.

Março de 2012, início da manhã. Minha mãe, minha esposa Diana e eu ocupávamos uma fileira de assentos parafusados ao chão de azulejos de um saguão no Aeroporto Internacional de Cairo. Uma voz anunciou que o voo 835 partiria na hora marcada. Vez por outra minha mãe me lançava um olhar ansioso. Diana, também com ar preocupado, pousou uma mão no meu braço e sorriu. Seria bom levantar e dar uma caminhada, pensei comigo. Mas meu corpo continuava rígido. Nunca me senti tão capaz de permanecer imóvel. [...]. Retornar depois de todos aqueles anos era uma má ideia — foi o pensamento que me ocorreu subitamente. Minha família tinha partido em 1979, trinta e três anos antes. Esse era o abismo que separava o homem do menino de oito anos que eu era à época. O avião cruzaria esse golfo. Viagens assim são imprudentes, sem dúvida. Essa me privaria de uma habilidade que cultivei a duras penas: como viver longe de lugares e pessoas que amo. [...]. Retorne, e você encontrará a ausência ou a mutilação do que tanto amava (Matar, 2022, p. 7-8).

Ainda no terminal, sua mãe — relata Hisham Matar —, percebendo a ansiedade do filho, fez-lhe uma pergunta capciosa: “Quem retorna? Suleiman el-Dewani ou Nuri el-Alfi?” — ambos protagonistas exilados de seus romances *No País do Homens* e *Anatomia de um Desaparecimento*. “Ela queria me animar, mas havia também um alerta implícito em sua pergunta, contra o que ela sabia que eu pretendia fazer: procurar meu pai” (Matar, 2022, p. 41).

Ela sabia que minha vontade de descobrir o que aconteceu havia se transformado numa obsessão. E, ali no terminal do aeroporto, o que sua pergunta realmente queria dizer, pronunciada num tom perfeitamente equilibrado entre a seriedade e a galhofa, era que ela preferiria muito mais que eu tivesse voltando acompanhado dos meus dois personagens

ficcionais do que carregando o *fantasma* do meu pai, o homem que ela chama de “o Ausente-Presente” (Matar, 2022, p. 41, grifos nosso).

É nesse diapasão, nessa relação entre a perda e a busca, a ausência e a presença, a memória e a ficção, que procurarei pensar a obra literária do escritor nova-iorquino — de ascendência líbia — Hisham Matar. Nascido em 1970, passou a infância em Trípoli, capital da Líbia, depois Cairo, capital egípcia. Suas experiências em ambas as cidades servem de inspiração para criação dos seus romances: *No País dos Homens* e *Anatomia de um Desaparecimento*, e para seu livro de memórias *O Retorno*.

Partindo desses textos, este artigo propõe refletir sobre a escrita da história no mundo contemporâneo por meio de um exercício móvel de fecundação da literatura. Tomo como base os conceitos de “passados singulares”, formulado pelo historiador italiano Enzo Traverso, de “eu metódico”, proposto pelo francês Ivan Jablonka — ambos enfatizando a subjetividade do historiador no texto historiográfico. Em paralelo, procuro explorar as relações entre ficção, literatura, história e eventos traumáticos, a partir das perspectivas de Luiz Costa Lima, Ivan Jablonka, Dominick LaCapra e Hayden White. Por fim, pretendo refletir sobre o conceito de tempo, demonstrando como a autoficção de Hisham Matar nos permite pensar numa temporalidade espectral, ausente-presente — analisada por Beber Bevernage e Ethan Kleinberg — como uma alternativa ao modelo linear e sucessivo, convencionalmente hegemônico durante o regime moderno de historicidade.¹

Com isso, minha proposta procura colocar em trânsito alguns impasses da historiografia contemporânea, tornando-os oblíquos, provocadores e discutíveis entre os historiadores, a fim de sofisticar a sua escrita e procurar caminhos mais críticos e criativos diante das atuais indagações da teoria da história.

O eu metódico e os seus passados singulares na escrita da história

Todo historiador, ao falar sobre si mesmo e sobre o seu trabalho, acaba por expressar suas inquietações, impasses e incertezas em relação à produção historiográfica. Mas, em que medida podemos percorrer esses aspectos instintivos e involuntários da nossa subjetividade num trabalho de pesquisa acadêmica? Ou melhor, o historiador pode recorrer ao seu “eu” de maneira plenamente autoconsciente, interpolando suas inquietações e angústias com o trabalho de pesquisa e escrita?

Evidentemente, sim! Afinal, essas interpolações da escrita de si estão cada vez mais presentes nos textos historiográficos. Ou como afirma Enzo Traverso: “O fato é

simples: a história é cada vez mais escrita na primeira pessoa, pelo prisma da subjetividade do autor” (Traverso, 2023, p. 2, tradução nossa).² Assim, se antes o historiador não podia abandonar sua posição de terceira pessoa³, por estar submetido aos protocolos de sua disciplina, agora ele pode assumir posições mais variadas: ser um narrador em primeira pessoa (Costa Lima, 1989, p. 104). Portanto, a objetividade, que tantos historiadores propuseram ao longo da história, hoje em dia não tem nada a ver com o desaparecimento do eu (Jablonka, 2020, p. 363). Afinal, a história é inseparável do historiador, “[...] não podemos escapar à inevitabilidade de nossa própria subjetividade — só podemos ver o mundo a partir de nossa própria perspectiva (Jenkins, 2014, p. 23).

Assim, a natureza genuína da história só pode ser compreendida quando ela for vista não apenas como um empreendimento empirista objetivo, mas como uma criação por parte dos historiadores de uma forma narrativa particular sobre o passado (Cunha, 2019, p. 211). Ou seja, por mais que parte da historiografia tente apagar as marcas de subjetividade do historiador, elas estão presentes no texto, no estilo pessoal da escrita, na escolha do objeto pesquisado, na forma de problematizar esse mesmo objeto, no gênero escolhido para expressar sua narrativa. Em suma, o historiador toma decisões que irão marcar o seu texto; ele escolhe seus usos retóricos, suas formas de argumentação e suas figuras de linguagem, e isso implica na produção do sentido que seu texto propõe atingir (Albuquerque Jr., 2021, p. 48).

Dessa forma, um historiador, quando escreve, vai, paralelamente, tratar de suas escolhas temáticas, dos seus objetos de pesquisa, de maneira inconsciente ou, até mesmo, autoconsciente, deixando transparecer os seus desejos, sentimentos, afetos, emoções e paixões. “Quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com nossos afetos, com nossas emoções” (Albuquerque Jr., 2021, p. 17).

Ante isso, “há uma erótica do objeto que é preciso ser admitida” (Albuquerque Jr., 2021, p. 18). É possível escolher um objeto por sua beleza, pelo prazer estético que ele desperta, pelos afetos que ele provoca. Ou seja, podemos escolher um objeto de pesquisa por sua dimensão poética, pela emoção estética que provoca, pela alegria ou pela sensação de sublimidade que ele proporciona. Por outro lado, podemos escolher um objeto devido ao desagrado que ele nos causou, pelo desprezo ou rejeição que provocou, pela agressão aos nossos sentidos. Dessa forma, a escolha de um objeto historiográfico surge dos afetos do mundo, a partir de nossas percepções, emoções e impulsos que ele desperta, da

memória involuntária e impressão estética que proporciona, do trabalho da imaginação que ele motiva (Albuquerque Jr., 2021, p. 18-19).

Assim, se o historiador reconhecer que suas escolhas estão carregadas de uma carga afetiva, ele poderá torná-las explícitas e até mesmo confessar suas decisões, refletindo sobre elas, sobre si mesmo e sobre sua própria prática de pesquisa. Portanto, como qualquer escritor, o historiador pode ser visto como uma espécie de mago. Contudo, ele é um mago que revela os seus truques (Jablonka, 2020, p. 386). E, ao fazer isso, assume um princípio de honestidade intelectual (Traverso, 2023, p. 3).

Ao integrar a subjetividade do investigador na narração, o “eu” torna suas formulações mais objetivas: ele esclarece a posição de onde fala, as circunstâncias da investigação, as sustentações e os resultados do raciocínio, as certezas e as dúvidas. Humilde e lúcido, ele pertence ao protocolo científico. [...]. Ele prefere a retidão à objetividade, a honestidade ao neutralismo, a intranquilidade à certeza, o cheio ao vazio, a explicitação à ciência infusa (Jablonka, 2020, p. 383-384).

Um exemplo disso na historiografia contemporânea seria os trabalhos do historiador Ivan Jablonka. Em *Historia de los abuelos que no tuvo*, por exemplo, o historiador conta a trajetória de vida de seus avós (Matés e Idesa), que, apesar de parentes, eram absolutamente desconhecidos dele. Nascidos na Rússia, naturalizados poloneses, eles vivenciaram (e morreram em decorrência) alguns eventos traumáticos da primeira metade do século XX — o estalinismo, a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos povos judeus (Jablonka, 2015, posição 42). Esses acontecimentos, segundo LaCapra, ultrapassam a capacidade da imaginação em concebê-los. Antes que ocorressem, eles não seriam imagináveis. E mesmo após sua ocorrência, eles podem exceder a imaginação daqueles que experimentaram, mas, também, daqueles que não estiveram presentes. Por isso, há uma certa dificuldade em representar tal experiência traumática (LaCapra, 2004, p. 132-133).

Por isso, para Hayden White, esses eventos funcionam na consciência de certos grupos sociais como traumas que não podem ser simplesmente esquecidos ou tirados da cabeça, da mesma forma que não podem adequadamente ser lembrados ou identificados sem ambiguidades quanto aos seus significados (White, 1999, p. 196).

O significado dos eventos permanece indistinguível de sua ocorrência, mas sua ocorrência é instável, fluida e *fantasmagórica*. [...]. Isso não quer dizer que tais eventos não sejam representáveis, apenas que técnicas de representação, de certo modo diferentes daquelas desenvolvidas no auge do realismo, estão sendo necessárias (White, 1999, p. 210, grifo nosso).

Portanto, para Hayden White, nos casos desses eventos traumáticos, há a necessidade de adotar uma postura que não seja nem subjetiva, nem objetiva, e, assim, promover uma atitude, uma escrita, que negue a distância entre o escritor, o texto e aquilo que está sendo narrado, o fato histórico propriamente dito. Dessa forma, no exemplo de uma elaboração de enredo sobre o Terceiro Reich, é possível compor um modo cômico de narrar sem que, necessariamente, deixe de se evidenciar o evento. Essa, aliás, é, para o historiador, uma questão posta por *Maus: o conto de um sobrevivente*, de Art Spiegelman, que apresenta os eventos do Holocausto por meio de uma escrita em quadrinhos satírica, na qual os alemães são expostos como gatos, os judeus como ratos e os polacos como porcos. Segundo Hayden White, essas

[...] alegorizações feitas por meio do jogo de gato-e-rato-e-porco, na qual todos — perpetradores, vítimas e figurantes da estória do Holocausto e ambos — Spiegelman e seu pai — na estória de seu relacionamento — parecem mais com “bestas” do que seres humanos. *Maus* apresenta uma visão particularmente irônica e aturdida do Holocausto, mas é, ao mesmo tempo, um dos mais tocantes relatos narrativos dele que conheço [...]. Certamente, *Maus* não é uma história convencional, mas trata-se de uma representação de eventos reais do passado [...] é uma obra prima de estilização, figuração e alegorização (White, 2006, p. 196).

No caso, a alegoria animal de *Maus* não apresenta apenas a história do extermínio dos judeus, mas, sobretudo, o testemunho de Vladek — sobrevivente de Auschwitz e pai do narrador. Trata-se, portanto, de uma autobiografia do autor entrelaçada ao testemunho do pai. Assim, a história se desenrola dentro de outra história, à medida que relata os encontros do autor com o pai, as gravações, o testemunho interrompido pelo cansaço ou por tarefas e acidentes da vida cotidiana. É, ao mesmo tempo, um livro de memórias e de arquivos pessoais, que narra tanto uma vida quanto uma investigação (Traverso, 2023, p. 93-94).

De forma semelhante, o trabalho de Jablonka — assim como o exemplo citado acima —, por se tratar de um modo experimental de se narrar o passado, carregado de subjetividade, nos fornece um *insight* para pensarmos as relações entre história e ficção; ética, estética e epistemologia. Paralelamente, também podemos refletir, de uma maneira não convencional, sobre passados singulares, “que não passam”, que “lançam sombras sobre o presente e o futuro” (Ávila, 2017, p. 23), que “não se esfriam” e permanecem “quente” no sentido político, social e moral — mas também legal (Lorenz, 2017, p. 42). Ou seja, eventos históricos que nos interpolam e continuam assombrando a nossa contemporaneidade, os quais, segundo Berber Bevernage, alcançaram “uma forte presença em um amplo conjunto de esferas societárias, abrangendo desde a política

(internacional), o sistema de justiça, a mídia de massa, a indústria do entretenimento e as artes.” E, nesse sentido, tornaram-se “tão onipresente que ameaça de forma fundamental a consciência histórica moderna” (Bevernage, 2021, p. 24).

Assim, se na modernidade ocidental e nas tradicionais produções historiográficas o tempo era caracterizado pela ideia de um passado como entidade ausente e distante, na contemporaneidade, por sua vez, a história, ao assumir um imperativo ético, reivindica um passado presentificado. Por isso, ao considerarmos as vozes das vítimas dos eventos traumáticos, produzimos uma “quebra no tempo” cronológico, pois “a presença do passado como fantasma, ou assombração, não deve ser menosprezada como mera alegoria, ou metáfora, mas como uma realidade concreta de sua experiência do tempo” (Freixo, 2018, p. 15).

Partindo dessa cronosofia alternativa, que não vê mais o passado apenas como ausente e distante, mas, sim, como persistente e assombroso, é possível pensar o trabalho de Jablonka. Em *Historia de los abuelos que no tuvo*, por exemplo, o historiador começa analisando a infância dos seus antepassados, passando pelas juventudes política de seus avós, vinculadas ao comunismo judaico, à clandestinidade e ao exílio, à prisão e à morte decorrente do antissemitismo europeu. Simultaneamente, traça uma narrativa em primeira pessoa sobre todas as dificuldades e percalços ao longo do processo de pesquisa, envolvendo os estados de ânimo provocados pelas histórias daquelas trajetórias. Afinal, Jablonka não era “apenas historiador, mas também um neto em busca de um passado sensível” que o assombra (Turin, 2019, p. 82).

Nesse sentido, Jablonka coaduna com aquilo que Hayden White denomina de “passado prático”. Um passado mobilizado para a formação de um julgamento ético e que se apresenta na linguagem pelo discurso performativo. Ou seja, o historiador está conectado com a dimensão ética de sua prática, fundado numa articulação temporal da qual o passado serve ao presente e à ação (Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 110).

O passado prático é composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida (White, 2018, p. 16).

Paralelamente ao estudo desse passado prático, diante de um dilema ético, Jablonka procura a inserção do seu “eu metódico” no texto historiográfico — uma subjetividade objetivada na narrativa que permite acender a coerência de sua investigação e a arquitetura de seu pensamento (Jablonka, 2020, p. 541), de modo que ele (ou qualquer

outro historiador) possa recorrer a si mesmo de maneira plenamente (in)consciente (Jablonka, 2020, p. 535).

Assim, ao percorrer os aspectos mais instintivos e involuntários de sua subjetividade, o historiador seria capaz de trazer ao texto historiográfico o perfil de “um sujeito carregado de emoções, angústias, medos e expectativas”, que, ao expor o seu processo de pesquisa na busca de um passado sensível, como uma experiência complexa, vai “além da fria relação metodológica entre sujeito e objeto” (Turin, 2019, p. 82-83).

Um exemplo disso é a reconstrução do evento da prisão de seu avô Matés, um imigrante judeu que vivia ilegalmente na França em 1939. Jablonka interrompe a narração para expor a sua experiência da pesquisa diante do fato. Conta como foi a angústia de ir ao arquivo junto com seu pai, e, emocionados, folhear os documentos com o nome de seu avô no registro de encarceramento (Jablonka, 2015, posição 2424-2430). Ou quando comenta de suas insônias ou viagens — Polônia, Israel, Argentina, Estados Unidos — que o levou a explorar inúmeros arquivos e trabalhar com textos em diferentes idiomas: iídiche, hebreu, polaco, espanhol, inglês e alemão (Jablonka, 2015, posição 5627).

Resumidamente, Jablonka, ao narrar a história dos avós que não teve, relacionando a vida desses dois desconhecidos a uma série de eventos que ocorreram na primeira metade do século XX, e que ainda interpolam o nosso presente, insere, conjuntamente, o seu “eu metódico” na narrativa, à medida que vai relatando suas angústias como neto e pesquisador. Dessa forma, seu trabalho se caracteriza em diversas dimensões: uma investigação biográfica, uma obra com pressupostos éticos e de justiça e uma discussão sobre os impasses da historiografia e do fazer historiográfico na contemporaneidade (Jablonka, 2015, posição 69).

Para não ficar em um único exemplo, *Una casa amb robes (Em camping car)*, outro trabalho de Jablonka, também pode ser entendido como uma busca de si. Novamente, a subjetividade do historiador se assenta na história e, simultaneamente, a história se reconstitui incorporando o prisma do eu (Turin, 2019, p. 85). Nessa dinâmica, Jablonka usa do gênero autobiográfico para explorar as diferentes camadas sociais e temporalidades históricas envolvidas nas experiências vividas em uma viagem de férias de sua família. É uma história pessoal, narra suas viagens para Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Marrocos durante a infância e juventude na década de 1980, mas, também, uma história coletiva, um olhar histórico sobre os horrores da guerra vivido pelos europeus e sobre a esperança de seu pai em poder construir um mundo melhor no período do estado de bem-estar social (Jablonka, 2019).

Essas duas temporalidades — pessoal e coletiva — entrecruzam-se num terceiro tempo, o tempo da narrativa. Por isso, são consideradas temporalidades existenciais — a dos atores do passado e a do historiador-narrador no presente. Afinal, a escrita da história é sempre escrita no presente, constituindo o seu “pacto historiográfico”, mas também introduzindo o seu “pacto autobiográfico”, ao assumir a identidade do autor, narrador e protagonista (Traverso, 2023, p. 83-84). Não se trata mais de apenas reviver a história, mas de transmitir as experiências do historiador que, no presente, reconta a história (Traverso, 2023, p. 134).

Nesse mote, Jablonka, fazendo uso de suas próprias lembranças, somados aos relatos de seu pai e de amigos e de documentos da época, vai tecendo uma trama sobre essas diferentes temporalidades: a historicidade do *motorhome* da família, o movimento hippie, as manifestações de maio de 1968, a carestia e o estado de latência do pós-guerra, os direitos trabalhistas do estado de bem-estar social (Turin, 2019, p. 84-85), além de sua própria historicidade como pesquisador. Ou seja, Jablonka, ao inserir esse narrador subjetivo e sincero, intercala diferentes tempos de enunciações, apresentando jogos de presença e ausência, não privilegiando a representação do passado em sua dimensão cronológica, mas, sim, em uma relação experiencial e descontínua (Turin, 2019, p. 87).

Assim, é possível dizer que o trabalho de Jablonka é uma tentativa de mover o passado para uma consciência viva no presente, à medida que os eventos são constituídos por um ato poético e linguístico no momento que o historiador escreve os processos de sua pesquisa. Em contrapartida, também podemos pensar os textos do historiador a partir do oposto, de que o passado, como aponta Runia, move o presente (Runia, 2014). Afinal, não há momentos em que o passado nos força a reescrever nossas próprias histórias? Não há momentos em que o passado pode ser concebido não como algo ausente e, portanto, passivo, mas como dotado de presença? Dessa forma, devido a nossas circunstâncias existenciais, não seríamos agentes no presente, movidos pelo passado, sensíveis às demandas que ambos impõem sobre nós? (Telles, 2019, p. 17).

Dito de outra forma, nós, historiadores, ao estarmos em contato com pessoas, eventos e sentimentos do passado, acabamos por constituir aquilo que somos (Runia, 2006a, p. 5). Por isso, em alguns casos, essa presença do passado, ao flutuar pelo aqui e agora, nos faz sentir, pensar e fazer coisas que estão em desacordo com aquilo que acreditamos ser, nos obrigando a reescrevermos nossa história sobre nós mesmos (Runia, 2006b, p. 316).

Pensando nisso, nós, historiadores, poderíamos escrever sobre nós mesmos de maneira “mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar

a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário, para reforçá-la” (Jablonka, 2020, p. 22). Ou seja, em conformidade com Ankersmit, seria possível dizer que, enquanto historiador, você tem de fazer uso de toda a sua subjetividade quando escreve história, sem permitir que qualquer parte dela seja sacrificada no altar de alguma ilusão científica (Ankersmit, 2010, p. 195).

Sendo assim, a subjetividade não seria um obstáculo para o conhecimento histórico, mas, sim, aquilo que possibilitaria o acesso às verdades decorrentes. Desse modo, prefiro considerar que subjetividade e objetividade, bem como estética e epistemologia, linguagem e experiência, história e ficção, memória e esquecimento, frequentemente se interpenetram (ou estão à serviço de) e modificam-se uns aos outros, e que esse jogo ou entrelaçamento pode se apresentar em um texto de pesquisa historiográfica à medida que articula emoções, pensamentos, intenções e argumentos com a criatividade narrativa.

Isso não significa um descompromisso com o ofício do historiador ou uma falta de sincronia com questões éticas relevantes para o século XXI — há, de certo modo, uma tendência, entre aqueles que adotam tal experimentalismo na produção historiográfica contemporânea, de levarem a cabo reflexões acerca de passados silenciados — ainda vivos na sociedade — e de minorias éticas, políticas e sociais — tal como Jablonka. Assim, posso afirmar que não apenas os níveis supracitados se implicam, mas, também, a dimensão ética deve ser concebida como um *continnum* e não como mutuamente excludente do caráter estético-narrativo.

Não se deve hesitar em abraçar um tema que nos toca pessoalmente, empreender uma pesquisa motivada por um acontecimento pessoal, uma busca identitária; admiração, amor, desejo, lembrança de infância, sentimento de dívida, mas também abandono, suicídio, perda, exílio, ultraje ao racismo, ao antissemitismo, à misoginia, à homofobia, à dominação social. Pesquisador, não temas a tua ferida. Escreve o livro da tua vida, aquele que te ajudará a compreender quem és. O resto vai de si: rigor, honestidade, excitação, ritmo (Jablonka, 2020, p. 358).

Por isso, é possível (talvez necessário) que o historiador assuma o seu eu, o seu enraizamento espaçotemporal, a sua categoria social, os seus interesses, a sua filosofia e a sua posição no campo (Jablonka, 2020, p. 363), procurando entrelaçar os aspectos estéticos, éticos e epistemológicos de sua pesquisa, vistos não como critérios transcendentais, mas, sim, adequados à realização de um juízo prático à situação atual da teoria da história e da historiografia contemporânea. Afinal, nenhum historiador pode escapar a sua própria subjetividade e historicidade (Jablonka, 2020, p. 364).

A Líbia de Hisham Matar: entre traumas, memórias e fantasmas

É na *mélange* entre literatura, ficção, história, eventos traumáticos, passados que não passam, memória e ensaio autobiográfico, que podemos pensar a obra de Hisham Matar como um elemento fertilizador para o debate. Afinal, podemos observar esse amálgama a partir de seus romances e de seu livro de memórias que enfocam uma das experiências mais marcantes da história da Líbia: a ditadura de Muammar Kadhafi.

Cabe ressaltar que todos os elementos históricos encontrados nos textos estão ancorados pela ficção. De tal forma que a literatura não opera como fonte empírica, mas, sim, como um recurso provocativo e imaginativo. Nesse sentido, há uma relação entre a realidade e a ficção, mas que não é da ordem da *mimesis*, pois, ao se apresentar como um ato de fingir, a ficção não teria o propósito de uma imitação, ela possui alguns aspectos que não pertencem à realidade aludida. Dessa forma, se o fingir não é deduzível da realidade repetida, então por ele se impõe um imaginário, que se relaciona com a realidade e com o passado e volta como texto para o leitor (Iser, 1996, p. 14).

A ficção seria, portanto, um pacto implícito de fingimento entre o escritor e o leitor, um ato imaginativo que finge, mas finge sem o propósito de enganar (Costa Lima, 2006, p. 243). Assim, ela se isenta de mentir, pois procura a verdade de modo oblíquo (Costa Lima, 2006, p. 156). E, dessa forma, ao repetir uma parcela da realidade, dela se apropria para então transgredi-la (Costa Lima, 2006, p. 283).

Na ficção, finge-se que aquilo realmente existe, usa-se uma máscara translúcida que, ao mesmo tempo em que finge, cria um mundo, revela os intentos de seu próprio engenho (Silva, 2013, p. 18-19). Portanto, seria possível criar uma persona fictícia e dotá-la de uma verdade e de uma vida próprias. Nesse sentido, a ficção tem a sua verossimilhança, utiliza-se de ferramentas uteis e indispensáveis, auxiliares ao entendimento da realidade [e do passado], mesmo que eles se apresentem de forma transgredida (Costa Lima, 2006, p. 274). É exatamente essa estratégia de verossimilhança da literatura que permite trazer à narrativa um passado capaz de assombrar o presente como um espectro (Generoso, 2020, p. 548).

Obviamente, Matar não faz um panorama amplo dos fatos, aos moldes historiográficos, mas privilegia certos cortes de suas experiências vividas por meio da literatura. O que não nos impossibilita de obter conhecimento sobre alguns aspectos dos eventos traumáticos que ocorreram durante o regime político de Kadhafi, que esteve no poder entre 1969 e 2011.

Localizada no norte da África e banhada pelo Mar Mediterrâneo, a Líbia faz fronteira com Tunísia, Argélia, Níger, Chade, Sudão e Egito. Marcada por um forte regionalismo e por sua diversidade étnica e cultural, foi formada pelas antigas províncias de Tripolitânia, Cirenaica e Fezã, colonizadas pelo Império Otomano entre os séculos XVI e XIX.

No começo do século XX, a Itália, sob o pretexto de defender seus colonos estabelecidos na região Tripolitânia, declarou guerra ao Império Otomano e invadiu o território. Com o objetivo de impedir que a dominação francesa no Magrebe se expandisse para a província Cirenaica, o grupo Sanusi, se associou ao governo italiano. Entretanto, em 1907, quando as três províncias foram totalmente colonizadas pela Itália, os sanusi se apresentaram como resistência, se associando ao governo britânico, tendo como líder Sayyid Ídris al-Sanusi, futuro rei da Líbia.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU criou o Reino Unido da Líbia ao unificar os três territórios das antigas províncias e providenciar a independência do país em 1951. No entanto, o governo do rei Ídris I, então instaurado, contribuiu para a marginalização e exclusão política e social de uma parte significativa da população.

Insatisfeitos, alguns jovens militares — inspirados por um nacionalismo árabe — foram protagonistas de um golpe de Estado que transformaria o país em uma República. O principal responsável pela queda de Ídris foi o presidente do Conselho do Comando Revolucionário, Muammar Kadhafí, que assumiria o poder e governaria a Líbia por 42 anos, desde 1969, ano do golpe de Estado, até a intervenção de 2011, decorrente da onda de protestos, conhecida como Primavera Árabe.

O governo de Kadhafí foi muito marcado pelo pan-africanismo e por um forte nacionalismo árabe, o que gerou algumas tensões com países ocidentais. Se por um lado, Kadhafí passou a investir em medidas sociais nas áreas da educação, moradia, transporte, infraestrutura e saúde, além de nacionalizar as instituições financeiras e as reservas de petróleo (Case, Siebens, 2012, p. 7), melhorando a taxa de alfabetização e a economia, o que garantiu um enriquecimento na qualidade de vida da população. Por outro lado, o governo adotou algumas medidas autoritárias: controlou a imprensa, censurou livros e músicas, estabeleceu uma política “anti-tribalista”, marcada por perseguição e fortíssima repressão das populações berberes e muçulmanas do leste do país, além de favorecer, especialmente, a própria tribo, que manteve alta influência política.

Comitês Revolucionários foram criados para punir dissidentes. Todos os aspectos da vida eram monitorados. Críticos da ditadura eram executados. Os Comitês enforcavam estudantes na frente da Catedral de Bengasi e nos portões das universidades. O tráfego era reorientado

para que os motoristas vissem os corpos dependurados. Livros e instrumentos considerados “antirrevolucionários” ou “imperialistas” eram confiscados das lojas, das escolas e das residências, depois eram empilhados em praça pública e queimados. Intelectuais, empresários, sindicalistas e estudantes eram exibidos na tevê, algemados, ditando confissões para a câmera (Matar, 2022, p. 38).

Nesse cenário, opositores eram sequestrados e assassinados, sendo enforcados em praças públicas e arenas esportivas, o que podemos observar no primeiro romance — com inspiração autobiográfica — de Hisham Matar. *No país dos homens* conta a história de um regime opressor pela ótica de um garoto líbio, Suleiman el-Dewani, que tenta entender o que está acontecendo com a sua família durante a ditadura de Kadhafi. Em uma passagem do livro, Suleiman, protagonista e narrador da estória, descreve o sequestro do pai de seu vizinho e amigo Karim:

O carro estacionou na frente da casa de Karim. Ele gelou, como se o coração tivesse baixado até os sapatos. Quatro homens saíram, deixando as portas abertas. O carro era como uma mariposa gigante morta sob o sol. Três homens entraram na casa; o quarto, que era o motorista e parecia o líder, esperou na calçada. [...]. Seus homens reapareceram, segurando Ustath Rashid [pai de Karim] entre eles. Ustath não resistia. Tia Salma [mãe de Karim] vinha logo atrás como se um cordão invisível a unisse ao marido. O homem esbofetou Ustath Rashid de repente e com ferocidade. Um outro deu um pontapé nele, por trás. [Rashid] não discutiu nem implorou [...] e quando seus olhos encontraram os de Karim, seu rosto modificou-se. Pareceu que ia chorar ou vomitar. [...] Agarraram Ustath Rashid, atiraram-no dentro do carro, bateram as portas e partiram a toda [...] (Matar, 2007, p. 44).

No olhar da criança, não se sabia por que tinham levado o pai de seu amigo, mas no dia seguinte começaram a espalhar-se rumores de que era um traidor. Entretanto, segundo o baba (pai) de Suleiman, isso era “uma mentira que as autoridades espalham só para justificar o desaparecimento de um inocente” (Matar, 2007, p. 47). Rashid era professor de história da arte e amigo do pai de Suleiman, também dissidente do regime de Kadhafi [assim como o próprio pai de Matar] que lutavam numa resistência armada e resoluta contra a ditadura.

Em outra passagem do livro, Hashim Matar — nas palavras do narrador e protagonista da estória (Suleiman) — vai narrar a cena do interrogatório e assassinato de Rashid por parte do Comitê Revolucionário, que fora transmitido ao vivo na televisão. Na cena, um membro do Comitê, como um locutor de noticiário, mas com roupas e capacetes militares, assevera diante da câmera:

Elementos sombrios, traidores que desprezam e invejam a nossa revolução, foram detectados. Nós, o Comitê Revolucionário, os Guardiões da Revolução, capturamos todos os membros desse grupo

desencaminhado, também aqueles que lhes deram abrigo e recursos, e os puniremos com severidade (Matar, 2007, p. 191).

Em seguida, a tela ficou preta e umas flores cor-de-rosa foram pouco a pouco aparecendo, acompanhadas por canções revolucionárias. Então a câmera moveu-se para baixo. Um pé entrou no quadro, a câmera ergue-se e recuou o zoom. Estavam no Estádio Nacional de Basquete. A câmera deu uma panorâmica nas arquibancadas; não havia lugar vago. A câmera, por fim, virou-se para a quadra. Uma mesa comprida estava no centro, estilo de uma entrevista coletiva. Havia um microfone e um homem começou a ler uma folha de papel que tinha na mão, enaltecendo a figura de Kadhafi. A multidão levantou-se e começou a aplaudir o discurso. O homem prosseguiu, baixou os olhos e ergueu a mão, com o punho cerrado, acima da cabeça, golpeando o ar. Em seguida, tomou um gole de água e proferiu as seguintes palavras: “Povo, massas, irmãos e irmãs, hoje é um dia para festejar. Hoje derrotamos os elementos corruptos que tentaram solapar nossas conquistas e estorvar nossa marcha.”

A câmera moveu-se, a cena ficou borrada, depois focalizou uma das cestas de basquete. O zoom recuou depressa para a tabela da cesta, depois baixou para onde um homem, sentado em cima dos ombros de um outro, esforçava-se para amarrar uma corda. [...]. Quando estavam fora do quadro, a câmera recuou o zoom um pouco e mostrou uma corda que pendia de trás da tabela de basquete, balançando com um laço na ponta. [...]. Alguns metros à frente do comitê havia agora um outro homem. Tinha as mãos presas nas costas e estava sentado no chão, de pernas cruzadas, diante de um microfone num suporte. Não parava de olhar para trás, na direção da corda (Matar, 2007, p. 194-195).

A câmera se aproximou e foi possível ver que o homem algemado, sentado no centro do chão da quadra era Ustath Rashid, pai de Karim. “Sua testa brilhava de suor. Seu bigode também estava úmido, lágrimas prateavam suas faces. Não chorava de maneira honrosa, chorava que nem uma criança” (Matar, 2007, p. 195).

Dois homens vieram por trás dele e o levantaram segurando por baixo dos braços. Ainda vestia a mesma camisa branca que era grande demais para ele. [...]. Parecia fazer súplicas aos homens que o arrastavam para a corda pendente. [...]. Agora a multidão pulava, pulava e uivava, *Enforquem o traidor! Enforquem o traidor!* Quando os homens o puseram embaixo da corda, tentou beijar a mão de um deles. [...]. Alguém atrás dele fazia sinais ansiosos, pedindo ajuda; então apareceu uma escada. Era uma escada larga, de alumínio e de aspecto robusto. Ela cintilava sob a luz brilhante. Parecia nova em folha, retalhos de plástico rasgado estavam grudados em volta de seus pés. Fizeram Ustath subir a escada. A cada degrau, ele se virava e pedia clemência. Foi empurrado para a frente com uma estranha ternura, com um simples toque no seu cotovelo. Mas, depois de algumas vezes, o homem que o cutucava pareceu esgotar a sua paciência. Subiu ao seu lado e puxou-o pelo braço. Ustath Rashid agora estava na metade do caminho. A corda

roçava o seu rosto e o fazia piscar. O homem colocou a corda em volta do pescoço de Ustath Rashid e apertou-a. [...]. Ustath Rashid escorregou da escada e foi segurado pela corda. Isso causou um clamor; a multidão estava pronta. Ele foi amparado, lhe deram alguns tapas no rosto, depois o viraram para a câmera. Suas calças estavam molhadas. Algo amarelo surgia de dentro de sua boca e parecia crescer. [...] ele parecia estranhamente confortável com o seu vômito. A câmera virou-se para os espectadores. Estavam brandindo os punhos no ar e gritavam. [...]. A câmera virou depressa e vimos Ustath Rashid pendurado na corda, a escada brilhante de alumínio tinha sido afastada um ou dois metros para o lado, longe demais das suas pernas, que rodavam (Matar, 2007, p. 197-198, grifos do autor).

Inegavelmente, o impacto das ações do regime de Kadhafi ecoa tragicamente na narrativa, sobretudo nos impulsos inconscientes do personagem Ustath Rashid, pai de Karim, nas reações involuntárias em relação ao terror da espera do seu enforcamento. Ustath Rashid poderia ser o pai de Suleiman ou o próprio pai de Hashim Matar ou tantos outros homens que se opuseram ao governo de Kadhafi. Nessa leitura, Ustath Rashid é retratado como uma metonímia de milhões de vítimas do Comitê Revolucionário. A ferida incicatrizável, o passado incipiente que perturba o cotidiano como um perpetuador do sofrimento, um trauma de um tempo que não passou e ainda assombra o presente.

Especificamente no caso do escritor Hashim Matar, isso se perpetua no sequestro e consequente desaparecimento do pai durante a década de 1990, conforme relata em seu livro de memórias *O Retorno*: “No dia 1º de setembro de 1969, quatorze meses antes do meu nascimento, um evento mudou o curso da história da Líbia — e da minha vida” (Matar, 2022, p. 33). Afinal, o novo regime instaurado por Kadhafi emitiu ordem para que oficiais militares de altos escalão do antigo governo fossem presos. Jaballa Matar, pai de Hisham e antigo oficial, foi então para prisão.

Solto cinco meses depois, Jaballa foi enviado ao estrangeiro, recebendo função administrativa na Missão Libanesa das Nações Unidas. Hashim teria sido concebido nessa breve janela de tempo: entre a soltura do pai e a partida para Nova York. Era um tempo de incertezas, mas também de esperança, à medida que a nova República substituiria uma Monarquia corrupta. Apenas depois que Kadhafi revogou todas as leis e se autodeclarou líder *de facto* eterno que a geração de Jaballa descobriu a verdadeira natureza do novo regime (Matar, 2022, p. 35-36).

Em 1973, antes do aniversário de três anos de Hisham, seu pai renunciou ao cargo nas Nações Unidas. Disse que ele e a esposa sentiam muita falta de casa e queriam que seus dois filhos crescessem na Líbia (Matar, 2022, p. 36). Entretanto, Jaballa, vendo como a ditadura de Kadhafi dizimara a oposição, imigrou para o vizinho Egito em 1979, na esperança de reconstruir o dissenso operando no estrangeiro (Matar, 2022, p. 152).

No Egito, nós nos sentíamos seguros. Contudo, em março de 1990, meu pai foi sequestrado pela polícia secreta do Egito em nosso apartamento no Cairo e entregue a Kadhafi. Foi levado para a prisão de Abu Salim, em Trípoli, conhecida como “A Última Parada” — o lugar para onde eram enviados aqueles que o regime desejava esquecer (Matar, 2022, p. 15).

A prisão de alta segurança Abu Salim estava localizada na região da antiga Cirenaica, onde se concentrava a maior parte da oposição de Kadhafi. Foi palco de um dos maiores massacres e violações dos direitos humanos por parte governo: a chacina de 29 de junho de 1996, na qual cerca de 1200 prisioneiros foram assassinados.

Em uma passagem do livro *O Retorno*, Hisham Matar apresenta um relato do seu tio Hmad Khanfore sobre o massacre:

Uma atmosfera soturna e uma grande energia cortavam a prisão. Guardas corriam de uma cela a outra com listas de nomes. Centenas de prisioneiros foram arrolados, algemados e conduzidos aos pátios. Esses pátios eram espaços sem teto, retangulares, de dez metros de largura por quarenta e cinco metros de comprimento, os muros ao redor contando mais ou menos oito metros de altura. Encheram seis desses pátios. Soldados e carcereiros se posicionaram nos telhados ao redor. E começaram as execuções. [...]. Os tiros duraram duas horas. [...] o pior eram os gritos. Você ouvia perfeitamente quando a metralhadora parava. Daí vinham os tiros de pistola esporádicos. Os mortos ficaram lá por quatro dias. Até que o cheiro fez muito de nós vomitar. [...]. Os corpos foram enterrados tal onde tombaram, em valas coletivas de pouca profundidade. Meses depois, foram exumados. Moeram os ossos, e o pó foi lançado ao mar (Matar, 2022, p. 258-259).

Ao ouvir o testemunho, justo quando pensava em não ousar perguntar isso, Hisham Matar, ouve sua própria dizer: “Foi quando meu pai morreu?” — “Só Deus sabe, nos primeiros dias podíamos ouvi-lo e conversar com ele. Jaballa ficava numa cela não muito distante, mas depois o transferiram e perdemos contato”, responde o tio.

É muito possível que o pai de Hashim Matar tenha morrido no massacre supracitado, quando ele tinha cerca de 57 anos. Isso ficaria ainda mais evidente quando em outubro de 2011, todos os presídios e compartimentos secretos subterrâneos contendo presos políticos foram caindo nas mãos dos revolucionários.

As celas eram abertas, os homens eram soltos e encaminhados. Meu pai não estava em lugar nenhum. Pela primeira vez, a verdade se tornou inescapável. Ele havia sido fuzilado ou enforcado, é óbvio. Ou, quem sabe, morreu de fome, ou foi torturado até a morte. Ninguém sabia nem quando nem onde, ou os que sabiam já estavam também mortos, ou haviam fugido, ou não conseguiram — por medo demais ou indiferença — falar. Terá sido no seu sexto ano de cárcere, quando as cartas cessaram? Talvez no massacre que ocorreu naquele ano na mesma prisão, quando 1.270 prisioneiros foram arrolados e fuzilados? Ou terá sido uma morte solitária, talvez durante o sétimo, oitavo ou nono ano?

Quem sabe no vigésimo primeiro, já depois de deflagrada a revolução? Talvez tenha sido durante uma das muitas entrevistas que dei, denunciando a ditadura. Ou talvez meu pai não estivesse morto, como Zaid [irmão de Hisham] continuou acreditando, mesmo depois de escancaradas todas celas e prisões. Talvez, sonhava Ziad, ele estivesse solto e, por conta de alguma debilidade — perda de memória, perda da capacidade de ver ou falar ou ouvir — não conseguisse encontrar caminho de volta (Matar, 2022, p. 17-18).

O dilema de não saber o paradeiro do pai aparece também no segundo romance — também de inspiração autobiográfica — de Hisham Matar, *Anatomia de um desaparecimento*, publicado em 2011. Isso fica evidente no relato do protagonista e narrador da história, Nuri el-Alfi:

Tudo o que eu não sabia sobre meu pai — sua vida pessoal, seus pensamentos, por que fora sequestrado e por quem, o que fizera de fato para provocar tais ações, onde estava naquele momento, se estava entre vivos ou entre os mortos — era como uma máscara que me sufocava (Matar, 2012, p. 99).

Em outra passagem, assevera o narrador:

Às vezes a ausência do meu pai pesa tanto quanto uma criança sentada no meu peito. Outras vezes eu mal consigo me lembrar das feições exatas de seu rosto e tenho que ir buscar as fotografias que guardo em um envelope velho na gaveta da mesinha de cabeceira. Não se passou um dia desde seu súbito e misterioso sumiço em que não tenha procurado por ele, vasculhando os lugares mais improváveis. Tudo e todos, a própria existência, tornaram-se uma evocação, uma possibilidade (Matar, 2012, p. 7).

Dessa forma, “o desaparecido se torna uma abstração, e, como a possibilidade de que siga existindo sob o mesmo sol e a mesma lua é real, fica difícil reter dele uma imagem clara” (Matar, 2022, p. 181). Na morte, diferentemente do desaparecimento, os traços distintivos do falecido vão desaparecendo, e não há exercício fúnebre no mundo capaz de resistir ao esquecimento (Matar, 2022, p. 181).

Assim, na morte, o enlutado possui a faculdade de esquecer, enquanto no caso de um desaparecimento, a pessoa que desapareceu sem deixar vestígios assume um caráter fantasmagórico. Como não sabemos se estão vivos ou mortos, o *status* ambivalente resiste à classificação dicotômica do presente *versus* ausente e, assim, a sua condição espectral se torna um fator importante tanto para uma questão de justiça como também de memória.

Para aqueles que buscam punição dos culpados, um corpo morto seria uma evidência de um crime, já para aqueles que procuram o luto, o perdão e o esquecimento, um cadáver possuiria uma função ritualística (de sepultamento) diante do trauma. Nesse sentido, para Ewa Domanska, a ausência de corpos desses desaparecidos assombra o

presente dos familiares das vítimas tanto na busca pela justiça quanto no processo de luto e recordação. É um passado não ausente e um espaço ambivalente ocupado por “artefatos fantasmagóricos” (Domanska, 2006, p. 337-348).

Nesse sentido, como argumenta Hisham Matar, no seu livro de memórias *O Retorno*, não saber quando seu pai deixou de existir borrava os limites entre a vida e a morte. Segundo o autor, “a ausência nunca pareceu vazia ou passiva; é antes um lugar cheio de atividades, ruidoso e insistente” (Matar, 2022, p. 161). O passado da Líbia de Kadhafi e do consequente desaparecimento de seu pai, como um membro amputado, tentava se fixar ao seu presente (Matar, 2022, p. 106). “O corpo do meu pai se foi, mas seu lugar está aqui, ocupado por algo que não podemos chamar apenas de memória. É algo vivo e corrente (Matar, 2022, p. 161-162). Afinal, seu pai está morto e vivo, simultaneamente. Não há uma gramática que o apreenda. Ele está no passado, no presente e no futuro (Matar, 2022, p. 162).

Considerações finais ou o tempo borrado, ausente-presente

No regime moderno de historicidade, o tempo era visto como uma rota traçada, uma marcha, cada vez mais rápida, em direção ao futuro — o fervor da esperança, a meta, o progresso, a luz que ilumina o passado. Havia, portanto, um distanciamento entre aquilo que Koselleck (2006) denominava como o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”. O tempo cronológico se tornou, então, protagonista do processo histórico: era aquele que tudo devorava, ditando o ritmo da modernidade. “Segui-lo tornava-se, portanto, um imperativo para ser, tornar-se ou permanecer moderno” (Hartog, 2025, p. 213).

Durante o século XX, esse regime moderno passa a ser contestado. Na esteira dos eventos traumáticos — Auschwitz, Hiroshima, ditaduras, entre outros — *Chronos* começa a ser destituído e rebaixado, o que poderíamos qualificar como uma ordem ética da historiografia (Hartog, 2025, p. 257), à medida que esse novo tempo que emerge recorre a memória para evocar, convocar momentos do passado (dolorosos, ocultos, esquecidos) no presente — mas sem a abertura para o futuro, exceto quando promovem os “Nunca Mais”, que indicam um encerramento proclamado (Hartog, 2025, p. 271).

Assim, se na modernidade ocidental e nas tradicionais produções historiográficas o tempo era caracterizado pela ideia de um passado como entidade ausente e distante, na contemporaneidade, por sua vez, a história, ao assumir um imperativo ético, reivindica um passado presentificado.

No encalço disso, Berber Bevernage, associa essa presença do passado à categoria de injustiça histórica. Para o historiador, a relação entre história e justiça é dominada pela ideia de que o passado é distante e ausente — e, com isso, imutável (Bevernage, 2008, p. 150), o que limitou a capacidade do historiador de contribuir para a busca pela justiça.

Diante disso, em seu livro *História, memória e violência de Estado*, o historiador afirma que seria necessário ouvir as vozes daqueles que reclamam que o passado não passou e que permanece em seus presentes como um fantasma. Isso seria importante para que pudéssemos repensar as relações entre temporalidade e justiça na contemporaneidade, e assim construirmos uma teoria do tempo histórico que não tomasse como algo natural a percepção de que o passado passou e que estaria distante e enterrado. Pelo contrário, o passado nunca está absolutamente morto, ele continua a assombrar o presente (Bevernage, 2018).

Ainda nessa perspectiva espectral, Kleinberg vai recorrer ao pensamento de Derrida (1994), assim como Bevernage, para construir sua tese de um passado que assombra o presente. Para o historiador, o passado, em todos os sentidos, nunca é, mas sempre “é” (Kleinberg, 2017, p. 144-145). Ou seja, um tempo borrado, em que é ausente e presente ao mesmo tempo. Ele está aí, cujo presente experimenta os seus efeitos, mas não pode tocá-lo, pois esse é um fantasma. Assim, se por um lado ele já passou, é ausente, não tendo propriedade ontológica, por outro, ele pode retornar como um espectro que assombra o presente e perturba as convencionais narrativas históricas.

Desse modo, tanto na perspectiva de Bevernage quanto na de Kleinberg — como na literatura autoficcional de Hashim Matar —, a presentificação do presente aparece como resistência à diferenciação entre o passado e o presente, na medida em que rebaixa o privilégio do presente sobre o passado [ausente] que o modo moderno e hegemônico de se pensar o tempo endossava. Afinal, a presença fantasmagórica seria uma experiência histórica espectral que torna o passado presente, ainda que de maneira elusiva, não clara, vaga e imprecisa. Ou melhor, o espectro figura como um assombro, pois torna o passado contemporâneo ao presente, borrando-os, e, assim, o presente se apresenta como não sucessivo e não contemporâneo de si mesmo.

Nesse sentido, o tempo estaria, ou poderia estar, fora de junção, se apresentando de forma não linear. Portanto, o paradoxo temporal do passado como algo que está presente e é ausente ao mesmo tempo, serve como uma teoria de múltiplas temporalidades e múltiplos passados que convergem, ou poderiam convergir, no presente.

Desse modo, ao promover uma topologia não linear do tempo histórico, o historiador poderia desafiar as estratégias contínuas e uniformes que a produção

historiográfica desde a modernidade procurou fixar como algo imutável. Assim, a característica plural do tempo histórico permite uma crítica dos conceitos de tempo, que nos possibilita à formulação de uma nova cronosofia (Bevernage, 2008, p. 155).

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica. In: SANTOS, Wagner Geminiano dos (Org.). *Durval Muniz de Albuquerque Jr: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. *E-book*.

ANKERSMIT, Frank. *La experiencia historica sublime*. Traducción: Nathalie Schwan. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

ÁVILA, Arthur Lima de. Um avião, uma bomba, um evento modernista: a controvérsia sobre o Enola Gay no Museu Nacional do Ar e do Espaço nos Estados Unidos (1993-1995). In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verônica (Orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Milfontes, 2017.

BEVERNAGE, Berber. ‘A passeidade do passado’: reflexões sobre a política de historização e a crise da passeidade historicista. Tradução: Walderez Simões Costa Ramalho. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 24, n. 1, pp. 21-39, 2021.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução: André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018. *E-book*.

BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. *History and Theory*, Middletown, v. 47, n. 2, p. 149-167, May 2008.

CASE, Benjamin; SIEBENS, James. *The Libyan Civil War: Context and Consequences*. Think Internacional and Human Security, 2012.

COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da; BRITO, Thiago Vieira de. Alun Munslow, pós-modernismo e desconstrutivismo na História. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 337-348, October 2006.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul-dez. 2013.

FREIXO, André de Lemos; ARAUJO, Valdei Lopes de. Prefácio. BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: Tempo e justiça*. Tradução: André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.

GARDNER, Frank. O homem que ‘acendeu’ a fagulha da Primavera Árabe. *BBC News*, 17 dez. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavera_arabe_bg. Acesso em: 17 jul. 2025.

GENEROSO, Lúcia Maria de Abreu. A história e o fantasma da desconstrução. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 38, pp. 548-553, jan-jun, 2020.

HARTOG, François. *Chronos: o Ocidente confrontado ao tempo*. Tradução: Laurent de Saes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Suza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução: Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Tradução: Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

JABLONKA, Ivan. *Historia de los abuelos que no tuve*. Traducción: Agustina Blanco. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Livros del Zorzal, 2015. *E-book*.

JABLONKA, Ivan. Quando o historiador é pai e filho. Tradução: Naiara Damas e Eduardo Wright Cardoso. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 532-552, maio-ago, 2020.

JABLONKA, Ivan. *Una casa amb robes*. Traducción: Marta Marfany. Titivillus, 2019.

JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.

KLEINBERG, Ethan *apud* RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: teoria da história como fantologia. Entrevista com Ethan Kleinberg. *História da historiografia. International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v.10, n. 25, p. 193-211, Dezembro, 2018.

KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017. *E-book*.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

LORENZ, Chris. É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados *prático* e *histórico*. Tradução: Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verônica. (Org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra/ES: Milfontes, 2017.

MATAR, Hisham. *Anatomia de um desaparecimento*. Tradução: Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MATAR, Hisham. *No país dos homens*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATAR, Hisham. *O Retorno: pais, filhos e a terra ao meio*. Tradução: Odorico Leal. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.

PAUTASSO, Diego; AZEREDO, Rafael Luiz de. Expansão do Poder dos Estados Unidos: o caso da Líbia. *Tensões Mundiais*, v. 7, n. 13, p. 169-192, 2011.

RAMALHO, Walderez Simões Costa; RAMIRES, Augusto Martins; FERRAZ, Letícia Almeida. Historiografia e visada ética: Hayden White e os passados práticos. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 106-129, 2018.

RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.

RUNIA, Eelco. Presence. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 1-29, February 2006a.

RUNIA, Eelco. Spots of time. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 305-316, Oct. 2006b.

SILVA, Frederico José Machado. Sobre o mundo da Ficção: fronteiras, definições e inconsistências. In: FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley (Orgs.). *Mimesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicações, 2013.

TELLES, Marcus Vinicius de Moura. *A relação entre representação e experiência: um estudo crítico da “filosofia existencialista da história”*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

TRAVERSO, Enzo. *Singular Pasts: The “I” in Historiography*. Translated: Adam Schoene. New York: Columbia University Press, 2023.

TURIN, Rodrigo. Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. Tradução: Carlos Oiti. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

WHITE, Hayden. O evento modernista. Tradução: Vera Lúcia Sodré. *Lugar comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1999.

WHITE, Hayden. O passado prático. Tradução: Arthur Lima de Avila, Mario Marcello Neto e Felipe Radünz Krüger. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 10-19, jul-dez, 2018.

ZAMUDIO, Cecilia. Éxodos dantescos y guerras imperialistas: Crímenes del capitalismo. *Kavilando*, v. 7, n. 2, p. 193-200, 2015.

Artigo recebido em 21/07/2025

Aceito pela publicação em 22/10/2025

Editor(a) responsável: Laís Pereira de Oliveira

¹ Um regime de historicidade seria a expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é uma maneira de traduzir e de ordenar experiências temporais — modos de articular passado, presente e futuro — e de dar-lhes sentido (Hartog, 2013, p. 139).

² No original: “The fact is simple: history is increasingly written in the first person, through the prism of the subjectivity of the author”.

³ Concebida como uma operação racional — neutra e objetiva — de reconstrução factual e descrição contextualizada de eventos passados, a história, sobretudo durante o século XIX, implicava um distanciamento entre o historiador e o seu objeto, que apenas a narrativa impessoal poderia garantir (Traverso, 2023, p. 12).